



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3615-1137 - Fax: (44) 3615-1138 - C.O.C. 75 785 140-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 057/2026

RAFAEL VALIM REIS, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE JAPURÁ - COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER **FÉRIAS REGULAMENTARES** À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL A SENHORA **ANDREA CRISTINA FADOM PIVA**, FADOM PIVA, CARGO EFETIVO DE NUTRICIONISTA, DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, A PARTIR DE 21/01/2026 A 04/02/2026, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 01/02/2024 A 31/01/2025 (2ª PARCELA).

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 21 DE JANEIRO DE 2026.

Rafael Valim Reis
RAFAEL VALIM REIS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3615-1137 - Fax: (44) 3615-1138 - C.O.C. 75 785 140-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 060/2026

RAFAEL VALIM REIS, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE JAPURÁ - COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER **FÉRIAS REGULAMENTARES** À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL A SENHORA **SUZANA TEREZINHA COELHO PERINA**, COELHO PERINA, CARGO EFETIVO DE SERVIÇOS GERAIS, DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS, A PARTIR DE 21/01/2026 A 26/01/2026, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 11/03/2024 A 10/03/2025 (1ª PARCELA).

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 21 DE JANEIRO DE 2026.

Rafael Valim Reis
RAFAEL VALIM REIS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3615-1137 - Fax: (44) 3615-1138 - C.O.C. 75 785 140-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 059/2026

RAFAEL VALIM REIS, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE JAPURÁ - COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER **FÉRIAS REGULAMENTARES** À QUE TEM DIREITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR **HUELYTON ANDRADE GODOY**, GODOY, CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO, DIVISÃO DE LICITAÇÃO, A PARTIR DE 21/01/2026 A 04/02/2026, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 03/09/2022 A 02/09/2023 (1ª PARCELA).

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 21 DE JANEIRO DE 2026.

Rafael Valim Reis
RAFAEL VALIM REIS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3615-1137 - Fax: (44) 3615-1138 - C.O.C. 75 785 140-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 058/2026

RAFAEL VALIM REIS, PREFEITO EM EXERCÍCIO DE JAPURÁ - COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER **FÉRIAS REGULAMENTARES** À QUE TEM DIREITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR **FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGOMI**, CARGO EFETIVO DE ADVOGADO, DIVISÃO DE JURÍDICO, A PARTIR DE 21/01/2026 A 04/02/2026, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 21/01/2021 A 20/02/2022 (1ª PARCELA).

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ EM 21 DE JANEIRO DE 2026.

Rafael Valim Reis
RAFAEL VALIM REIS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
RUA SÃO JACINTO, 134 - JARDIM MORENO - CEP 87221-000 - FONE/FAX: (44) 3636-1751
CNPJ/MF: 00.709.688/0001-50 - E-MAIL: samae@samae.gov.br
JAPURÁ - PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

RAFAEL VALIM REIS Prefeito Municipal em Exercício de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

PROCESSO N.º 1/2026
Processo dispensa N.º 1/2026

RESOLVE:

RATIFICAR E HOMOLOGAR a Licitação nº. 1/2026, referente ao Processo dispensa nº. 1/2026, conforme consta no termo de ata, devidamente lavrada em que fica(m) constando(m) o(s) empre(s)ado(s) abaixo mencionado(s), e não nos termos do artigo 7º, inciso IV, e no artigo 7º, inciso I e do art. 54, § 3º da Lei nº. 24.338/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação designada para Senhora Prefeita Municipal, através do Portaria n.º 36/2023 que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei, inclusive a editais de dispensa para instalação de padrão de energia elétrica, incluindo o fornecimento de materiais necessários para a ampliação da carga, conforme protocolo nº 01.2025140809340 projeto nº 1692127, na Estrada Boré, lote nº 310-A-2, município de Japurá-PR, sendo:

Item	Produto	Unid.	Qtd	Preço	Preço total
1	Cabo em alumínio 1 KV 120 mm	M	140,00	22,50	3.150,00
2	Cabo em alumínio 1 KV 50 mm	M	45,00	10,30	463,50
3	Quadro de comando 50x10x3 metal	UNID	1,00	325,00	325,00
4	Caixa de passagem em alvenaria 50x50 com tampa	UNID	3,00	517,00	1.551,00
5	Condutite 4 POL. reforçado	M	55,00	12,30	676,50

J. P. COLOMBO ENUNIO LTDA

Item	Produto	Unid.	Qtd	Preço	Preço total
1	Cabo em alumínio 1 KV 120 mm	M	140,00	22,50	3.150,00
2	Cabo em alumínio 1 KV 50 mm	M	45,00	10,30	463,50
3	Quadro de comando 50x10x3 metal	UNID	1,00	325,00	325,00
4	Caixa de passagem em alvenaria 50x50 com tampa	UNID	3,00	517,00	1.551,00
5	Condutite 4 POL. reforçado	M	55,00	12,30	676,50

6	Eletroduto PVC 3 POL. 3MT	M	1,00	90,75	90,75
7	CURVA PVC 3	UNID	2,00	37,00	74,00
8	LAVA DE PVC 3	UNID	4,00	6,50	26,00
9	RL ARAME 14	UNID	1,00	23,33	23,33
10	CONECTOR PERFORANTE GRANDE	UNID	6,00	36,00	216,00
11	DISJUNTOR DIN 3x200 (MARCA DE REF.: WEG)	UNID	1,00	674,53	674,53
12	CABO FLEX 95 MM COBRE	M	6,00	106,3	637,80
13	TERMINAL DE COMPRESSÃO OLHAU 5MM	UNID	3,00	18,00	54,00
14	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE RAMAL	SERV	1,00	1.800,00	1.800,00
15	CURVA DE PVC 1 POLEGADA	UNID	1,00	3,38	3,38
16	LAVA DE PVC 1 POLEGADA	UNID	2,00	0,93	1,86
17	CABEÇOTE DE ALUMÍNIO Ø1 POLEGADA	UNID	1,00	4,10	4,10
18	CAIXA DE PASSAGEM METÁLICA	UNID	1,00	65,42	65,42
19	VEDA ROSCA Ø5 M	UNID	2,00	1,38	2,76
20	ARMADILHA PESADA IXI	UNID	1,00	17,31	17,31
21	ROLIDANA DE PORCELANA	UNID	1,00	7,35	7,35
22	HASTE TERRA	UNID	1,00	33,61	33,61
23	CONECTOR PARA HASTE TERRA	UNID	1,00	5,74	5,74
24	POSTE DE CONCRETO PM-300 7,20 MTS	UNID	1,00	768,35	768,35
25	PARAFUSO MAQUINA 250 MM	UNID	1,00	14,97	14,97
26	ARRUELA QUADRADA 30X38 18	UNID	1,00	1,29	1,29
27	FLANGE PVC 1 POLEGADA	UNID	1,00	1,45	1,45
28	KIT DE FITA ISOLANTE COLORIDA Ø5 CORES	UNID	1,00	23,23	23,23
29	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO COPEL GNE 200A	UNID	1,00	681,3	681,32
30			2		
31	CABO RÍGIDO DE COBRE 1KV 70MM PT	M	34,00	87,87	2.987,58
32	DISJUNTOR CAIXA MOLHADA 200A COM BORNE (MARCA REF.: SOPRANO)	UNID	1,00	489,0	489,02
33	SPLIT BOLT 70MM PRATA	UNID	2,00	31,77	63,54
34	CABEÇOTE PVC 2 1/2 POLEGADA	UNID	1,00	4,48	4,48

34	FLANGE PVC 2 1/2 POLEGADA	UNID	4,00	4,72	18,88
35	LAVA DE PVC 2 1/2 POLEGADA	UNID	3,00	4,64	13,92
36	ABRACADURA PARA POSTE PM 300	UNID	2,00	64,38	128,76
37	CABO RÍGIDO DE COBRE 1KV 50MM PT	UNID	2,00	59,84	119,68
38	ELETRODUTO DE PVC PRETO 2 1/2 POLEGADA	UNID	2,00	43,04	86,08
39	CURVA DE PVC PRETA 2 1/2 POLEGADA	UNID	1,00	26,98	26,98
40	ELETRODUTO DE PVC PRETO 3/4 POLEGADA	M	1,00	13,00	13,00
41	SILICONE 80 GRAMAS	UNID	1,00	5,95	5,95
42	ARAME GALVANIZADO 14	M	1,00	23,33	23,33
43	TERMINAL DE PRESSÃO 50mm	UNID	1,00	12,40	12,40
44	MÃO DE OBRA DE MONTAGEM PADRÃO COPEL	UNID	1,00	850,00	850,00
45			0		
TOTAL					16.315,45

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de **trinta(30) dias**, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme o(s) proposta(s) vencedora(s), obedecendo às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá-PR, 21/01/2026.

RAFAEL VALIM REIS
Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3615-1137 - Fax: (44) 3615-1138 - C.O.C. 75 785 140-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº. 002 / 2026 - PSS
PSS Ano 2025

SUMULA: Convoca candidatos aprovados em Teste Seletivo Aberto pelo Edital Nº 001/2025 de 17/07/2025, de acordo com o Resultado Divulgado pelo Edital Nº 005/2025 de 29/09/2025 e Homologado pelo Decreto Nº 021/2024 de 16/02/2024, prorrogado pelo Decreto Nº 122/2025 de 02/10/2025 como segue:

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONVOCA candidatos aprovados em Teste Seletivo Aberto pelo Edital Nº 001/2025 de 17/07/2025, de acordo com o Resultado Divulgado pelo Edital Nº 005/2025 de 29/09/2025 e Homologado pelo Decreto Nº 021/2024 de 16/02/2024, prorrogado pelo Decreto Nº 122/2025 de 02/10/2025 como segue:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL
01	53384	ELISABETH DE SOUZA	8,00
02	53623	CRISTIANE SILVA SANTOS DE SOUZA	8,00
03	53628	ALICE RIBEIRO GOMES FERNANDES	8,50
04	55099	MARLENE DE MELO RODRIGUES	8,50
05	55645	MATYANNA SANTOS DA SILVA	8,50
06	56875	ROSANA FRANCIU RIBEIRO PEREIRA	8,00
07	56970	SUELEN CANO	8,00
08	56977	CAROLINE GONCALVES DE SOUZA	8,00
09	56985	ALINE BARBOSA PINHEIRO	8,00
10	53110	LUIANA DA SILVA CHICA	8,00
11	53220	LUANNA MANOEL MACHADO FERREIRA	8,50
12	53492	KRYSTINA NUNO FERNANDES	7,50
13	54185	ALINE BARBOSA PINHEIRO	8,00
14	54382	ELIZABETH ALEXANDRE DA SILVA	7,00
15	56960	MARICA BUENO DE MORAES	7,00
16	53292	ANDREA LONARDONI VARAÇO	7,00

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL
17	53315	ELISABETH DE SOUZA	8,00
18	56977	SUELEN CANO	8,00
19	56985	ALINE BARBOSA PINHEIRO	8,00
20	53111	LUIANA DA SILVA CHICA	8,00
21	55050	LUANNA MANOEL MACHADO FERREIRA	8,50

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000 - e-mail: rp@japurap.gov.br

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - FONE: (41) 9114-3132 / (41) 9104-3131 / (41) 9140-2848
Site: www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br e e-mail: comissao@saomanueldo-parana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNP J. - 00.909.817-0001-40

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - PMSM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais torna público a ANULAÇÃO da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - PMSM, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, NA MODALIDADE PRESENCIAL, PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, visto que, após análise técnica, foram identificados vícios no edital razão pela qual se faz necessária a sua anulação. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente, divulgado através do Diário Oficial do Município e do site <http://www.saomanueldo-parana.pr.gov.br>

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 21 de janeiro de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
(Original assinado)

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000 - e-mail: rp@japurap.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Parâ, 86 - Telefax: (0xx44) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87610-000 - CNPJ/MF: 75.378.844/0001-70
e-mail: emg@guaporema.pr.gov.br

DECRETO Nº 3638 - 30 de Dezembro de 2025.

Artigo 1º - Fica(m) - dispõe sobre o cancelamento de empenhos que constam em restos a pagar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPOREMA, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

CONSIDERANDO que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto/serviço não ter sido entregue;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica(m) - por força deste Decreto, cancelados os saldos remanescentes dos empenhos de Exercícios Anteriores, inscritos em Restos a Pagar, conforme Relatório de estorno de empenhos por data de emissão, em anexo.

Parágrafo Primeiro - o cancelamento de créditos empenhados inscritos em Restos a Pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Artigo 2º - Este Decreto tem validade a partir de 30 de Dezembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Cinco. (30/12/2025).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000 - e-mail: rp@japurap.gov.br

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNP J 75 381 178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCCHIO, 248-FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
prefeiturassaothome@gmail.com
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

DECRETO Nº 1.401/2026

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 384/2025 que institui o Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), e fixa sua composição;

CONSIDERANDO a reorganização administrativa promovida pela Lei Municipal nº 383/2025, que institui a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SECECT;

CONSIDERANDO que as referências constantes da Lei Municipal nº 384/2025 à "Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte" devem ser compreendidas, para fins de vinculação administrativa e apoio executivo ao CMEL, como relativas à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SECECT, em razão da reorganização administrativa vigente;

D E C R E T A:

Art. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL) de São Tomé-PR, na forma abaixo:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS:

- Titular:** Nivaldo Aparecido Manzoni (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo)
Suplente: Wagner Abílio da Silva (Departamento de Esporte e Lazer).
- Titular:** João da Silva Pinheiro (Divisão de Esporte Amador, Lazer e Recreação)
Suplente: Jean Carlos Alves da Silva (Auxiliar de Serviços Gerais).
- Titular:** Gilberto Cossino da Silva (Departamento de Agricultura)
Suplente: Eduardo Silva Pinheiro (Departamento de Agricultura).

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

- Titular:** Gustavo Araújo da Silva Cruz (Sociedade Civil)
Suplente: José Carlos de Oliveira (Sociedade Civil).
- Titular:** Reginaldo Fernandes da Silva (Sociedade Civil)
Suplente: Sandra Carmelita da Silva (Sociedade Civil).
- Titular:** Aline Preia da Silva (Sociedade Civil)
Suplente: Juliana Andrade dos Santos (Sociedade Civil).
- Titular:** João Piola Cruz (Sociedade Civil)
Suplente: Kevin Higor Gomes Diccini (Sociedade Civil).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTONIO ARICINI DA SILVA" DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - FONE: (41) 9114-3132 / (41) 9104-3131 / (41) 9140-2848
Site: www.sao-manuel-do-parana.pr.gov.br e e-mail: comissao@saomanueldo-parana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNP J. - 00.909.817-0001-40

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - PMSM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais torna público a ANULAÇÃO da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - PMSM, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, NA MODALIDADE PRESENCIAL, PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, visto que, após análise técnica, foram identificados vícios no edital razão pela qual se faz necessária a sua anulação. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente, divulgado através do Diário Oficial do Município e do site <http://www.saomanueldo-parana.pr.gov.br>

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 21 de janeiro de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
(Original assinado)

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000 - e-mail: rp@japurap.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Parâ, 86 - Telefax: (0xx44) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87610-000 - CNPJ/MF: 75.378.844/0001-70
e-mail: emg@guaporema.pr.gov.br

DECRETO Nº 3638 - 30 de Dezembro de 2025.

Artigo 1º - Fica(m) - dispõe sobre o cancelamento de empenhos que constam em restos a pagar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPOREMA, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

CONSIDERANDO que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto/serviço não ter sido entregue;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica(m) - por força deste Decreto, cancelados os saldos remanescentes dos empenhos de Exercícios Anteriores, inscritos em Restos a Pagar, conforme Relatório de estorno de empenhos por data de emissão, em anexo.

Parágrafo Primeiro - o cancelamento de créditos empenhados inscritos em Restos a Pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.


Artigo 2º - Este Decreto tem validade a partir de 30 de Dezembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Cinco. (30/12/2025).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87221-000 - e-mail: rp@japurap.gov.br

Item	Descrição	Unid.	Qtd	Preço	Preço total
1	CAIXA DE PASSAGEM METÁLICA	UNID	1,00	65,42	65,42
2	VEDA ROSCA Ø5 M	UNID	2,00	1,38	2,76
3	ARMADILHA PESADA IXI	UNID	1,00	17,31	17,31
4	ROLIDANA DE PORCELANA	UNID	1,00	7,35	7,35
5	HASTE TERRA	UNID	1,00	33,61	33,61
6	CONECTOR PARA HASTE TERRA	UNID	1,00	5,74	5,74



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Dr. Gastão de Mesquita Filho, 371, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-0459
E-mail: cmsjussara.pr.gov.br@hotmail.com
Jussara - Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01, de 15 de janeiro de 2026

Dispõe sobre o recebimento e aceite de veículo tipo Van destinado ao Transporte Sanitário da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito da Resolução SESA nº 1898/2025.

O(A) (Conselho Municipal de Saúde) do Município de Jussara – Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 1898/2025, que dispõe sobre a aquisição de bens para o Transporte Sanitário no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

CONSIDERANDO o Termo de Referência constante do Anexo I da Resolução SESA nº 1898/2025, referente aos bens a serem adquiridos para o Transporte Sanitário;

CONSIDERANDO a necessidade de atender à elevada demanda de transporte de usuários e equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo segurança e qualidade na prestação dos serviços;

CONSIDERANDO o recebimento do veículo destinado ao transporte de usuários entre os serviços de saúde do Município e outros Municípios,

RESOLVE:

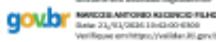
Art. 1º Fica oficialmente recebido e aceito pelo Município de Jussara/PR um veículo tipo Van, com capacidade mínima para 10 (dez) passageiros mais 01 (um) motorista, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), destinado ao Transporte Sanitário da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O veículo referido no artigo anterior será incorporado ao patrimônio do Município, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 09.204.028/0001-15), para uso exclusivo nas ações e serviços de saúde.


Art. 3º O bem foi adquirido com recursos do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, conforme disposto na Resolução SESA nº 1898/2025, observada eventual contrapartida financeira do Município, nos termos do art. 4º, § 3º, da referida Resolução.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar todas as providências necessárias para o registro patrimonial, emplacamento, controle, manutenção e adequada utilização do veículo.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Marcos Antônio Asencioio Filho
Presidente do Conselho Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2024-PMJ

Que entre si fazem de um lado CONTRATANTE o Município de JUSSARA, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº: 73.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-4 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34, e de outro lado a empresa H F GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ nº 12.402.787/0001-05, situada na Rua Jose Bendo, nº 1572, Centro, CEP nº 87.130-000, na cidade de Ivatuba, Estado do Paraná. Telefone: (44) 3030-2368 (44) 98926-4116, e-mail: comercial@hfgestapublica.com.br, por seu representante legal SR. HEMERSON FERNANDO GIACHINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua 28 de Junho no 1594, Jd. Tupinambá, Maringá-PR, portador do CPF 679.896.249-15, e RG 4.789.411-5 SSP PR, aqui por diante denominada CONTRATADA, tem justos e contratuados as seguintes cláusulas e Condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato nº 03/2024 de 23/01/2024, identificador nº 3010 na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 71/2023-PMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
Prorrogando-o pelo período de 25/01/2026 à 25/01/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE VALORES
As partes pactuam o reajuste de valor do contrato em 4,46%, que corresponde à inflação acumulada do período, portanto, o valor dos lotes passará a ser:

- Lote 1-R\$ 50.648,54
- Lote 2-R\$ 4.380,21
- Lote 3-R\$ 4.380,21
- Lote 4-R\$ 4.380,21

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES
As demais cláusulas do contrato inicial de 23 de janeiro de 2024 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratuados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 21 de janeiro de 2026.


MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

H F GESTAO PUBLICA LTDA
HEMERSON FERNANDO GIACHINI
CONTRATADO


TESTEMUNHAS:

Josué Vieira dos Santos
CPF: 813.473.319-68

Gustavo Trevisan Cordeiro
CPF: 094.624.769-16



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.200-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 73.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA


DECRETO Nº 7379/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,


DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que o horário de atendimento no Prédio da Secretaria de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego será das 8:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.200-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 73.789.552/0001-20




PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA


PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 21 de janeiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL




PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA




PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Jussara – Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

EXPEDIENTE


MOACIR PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

FÁBIO DEGAN
Vice-Prefeito

JÉSSICA ROGÉRIO FERREIRA
Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

GABRIELA PEREZ NOGUEIRA
Coordenadora da Proteção Social Especial, da Mulher e Igualdade Racial, e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

IBTECH ACESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA
Assessoria Técnica na Elaboração



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família	Gabriela Perez Nogueira	Jussara Regina Barbosa
Secretaria Municipal de Saúde	Caroline Fanhami Afonso da Silva	Elsaine Pereira Batista Rocha
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	Luciana Duarte Souza	Aline Barbosa da Silva Ferreira
Sector Jurídico da Prefeitura Municipal	Mariana Martins Ferreira Líderio	Leeliane Ferreira Andreaci

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
ACAMJUS - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Jussara	Rosângela Aparecida Moreira Ortiz de Melo	Ariele Priscila Moreira
AGRUCAMJU - Associação Grupo de Caminhada Pê na Estrada de Jussara	Maria Aparecida de Oliveira Souza	Maria Aparecida Ribeiro
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Luciana Franco	Ana Carolina Zeneratti Rodrigues
Trabalhadores na Área da Assistência Social (CRESS REGIONAL)	Jessica Camila Lopes Furtado	Lucilaine Rodrigues Lima da Costa

SUMÁRIO

EXPEDIENTE	2
SUMÁRIO	5
LISTA DE SIGLAS	6
1. APRESENTAÇÃO	7
2. INTRODUÇÃO	9
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
4. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES	15
4.1 Público-alvo	15
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	18
5.1 Estado do Paraná	19
5.2 Município de Jussara	21
5.3 Princípios	21
5.4 Diretrizes	23
6. MARCO SITUACIONAL	26
7. PLANO DE AÇÃO	31
8. INDICAÇÕES PARA O MONITORAMENTO	44
REFERÊNCIAS	46

LISTA DE SIGLAS

BC	Benefício de Prestação Continuada
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
FMDM	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
COVID-19	Coronavírus
PMJM	Plano Municipal dos Direitos das Mulheres
PSE	Serviço de Proteção Especial
OPM	Organismo de Políticas para as Mulheres

1. APRESENTAÇÃO

Reconhecemos que a construção de uma sociedade equitativa e justa é fundamental para promover a dignidade e garantir oportunidades iguais para todos. Comprometidos com essa visão, estamos determinados a intensificar a inclusão e assegurar a participação ativa das mulheres nas decisões que afetam suas vidas em Jussara, enfrentando e superando as barreiras que restringem seus direitos.

Para concretizar essa inclusão, estabelecemos um esforço colaborativo com representantes do governo municipal e da sociedade civil para desenvolver um plano que abraça caminhos para um município mais justo e acolhedor. Inspirados pelas ações e políticas pioneiras voltadas para os direitos das mulheres em nível estadual, decidimos implementar um plano municipal que atenda às necessidades e prioridades específicas da nossa comunidade.

Esta iniciativa local visa promover a proteção integral e reconhecer o potencial de cada mulher, estabelecendo diretrizes e ações concretas para os próximos quatro anos. A elaboração desse plano foi possível graças à dedicação da Coordenação Municipal de Políticas para as Mulheres, em parceria com diversas secretarias e órgãos locais e com a inestimável contribuição da sociedade civil.

O resultado desse esforço conjunto reflete as prioridades das mulheres de Jussara, alinhado aos debates e propostas discutidas na I Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres desempenhou um papel essencial na revisão e aprovação deste plano, garantindo que ele sirva como um instrumento efetivo na promoção dos direitos e na inclusão das mulheres.

Embora a legislação brasileira já tenha proporcionado avanços significativos na garantia dos direitos das mulheres, reconhecemos a necessidade contínua de aplicação efetiva dessas leis em nosso município. Este plano busca ser uma ferramenta vital para assegurar que todas as cidadãs de Jussara tenham seus direitos respeitados, livres de discriminação e preconceito, permitindo que cada uma contribua para uma cidade melhor para todos.

Com determinação e empenho, estamos prontos para transformar esses objetivos em realidade, garantindo que Jussara seja um exemplo de inclusão e respeito ao empoderamento das mulheres e à diversidade.

2. INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero persistente no acesso aos direitos é um desafio que requer ações assertivas, tanto em nível nacional quanto municipal. Em Jussara, Paraná, o compromisso com a garantia dos direitos das mulheres é uma prioridade estabelecida pelo governo municipal em estreita colaboração com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Optou-se pelo uso do termo “mulheres” no plural neste plano, ao invés de “mulher” no singular, com o objetivo de enfatizar que os direitos abordados se aplicam a cada mulher enquanto sujeito de direitos, reconhecendo a diversidade de experiências e contextos vividos. Diferentemente do singular, que se refere à categoria social de forma genérica e institucional, o plural reforça o olhar interseccional e individualizado, alinhado aos princípios de direitos humanos e igualdade de gênero, sem perder a formalidade necessária a um documento público.


Essas iniciativas são coordenadas pela Coordenação da Proteção Social Especial, da Mulher e Igualdade Racial, sob a égide da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família. A abordagem das políticas para mulheres em Jussara envolve a colaboração entre diversas secretarias municipais, refletindo a natureza multifacetada das questões de gênero. Esse modelo de gestão intersecretorial visa promover um alinhamento entre o governo e a sociedade civil, baseado em um processo contínuo de diálogo e colaboração para atender às necessidades e demandas das mulheres em nossa comunidade.

Desde a constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em 2025, o município tem trabalhado em estreita colaboração com este órgão na elaboração e implementação de um Plano Municipal dos Direitos das Mulheres. Este plano serve como um guia estratégico para priorizar ações e políticas em diversas áreas da administração pública municipal, alinhado às demandas e propostas trazidas pelo Conselho.

À medida que nos aproximamos do desenvolvimento do primeiro plano plurianual para os direitos das mulheres em Jussara, reconhecemos a urgência de afirmar o compromisso de todas as esferas da gestão municipal com a promoção e proteção dos direitos das mulheres. Assim como o plano estadual, este novo plano será construído em diálogo com o recém-constituído CMDM desde o início, garantindo uma abordagem participativa e inclusiva.

É importante destacar que este plano foi elaborado em um contexto pós-pandêmico desafiador, em que os efeitos da COVID-19 intensificaram desigualdades históricas de gênero, raça e

8



classe. Durante esse período, as mulheres foram especialmente impactadas, acumulando sobrecarga no trabalho doméstico e de cuidados, ao mesmo tempo em que se agravaram os índices de violência de gênero. Esse cenário evidenciou, de forma contundente, a urgência de políticas públicas locais que sejam sensíveis às questões de gênero e capazes de responder de maneira efetiva às múltiplas vulnerabilidades acentuadas pela crise.

Portanto, mesmo diante desses desafios, o governo municipal, em parceria com a sociedade civil, está comprometido em desenvolver um Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, que promova a equidade de gênero, a cidadania plena e a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres em Jussara. Este plano será estruturado em várias seções, incluindo uma contextualização das conquistas e desafios dos direitos das mulheres em nível municipal, uma visão estratégica das diretrizes orientadoras, um estudo situacional detalhado e objetivos estratégicos, ações e metas a serem alcançadas no próximo período.

À medida que se desenvolve o primeiro plano plurianual para os direitos das mulheres em Jussara, reafirma-se o compromisso de todas as esferas da gestão municipal com a promoção e proteção desses direitos. Este plano será construído em diálogo constante com o CMDM, garantindo participação social e abordagem inclusiva.

O contexto pós-pandêmico evidenciou a intensificação das desigualdades históricas de gênero, raça e classe, com sobrecarga de trabalho doméstico e aumento da violência de gênero, reforçando a urgência de políticas públicas locais sensíveis às múltiplas vulnerabilidades das mulheres.

Diante desse cenário, o governo municipal, em parceria com a sociedade civil, está comprometido em desenvolver um Plano Municipal dos Direitos das Mulheres que promova a equidade de gênero, a cidadania plena e a eliminação de todas as formas de violência. O plano será estruturado em seções que incluem contextualização das conquistas e desafios, visão estratégica, estudo situacional detalhado e objetivos, ações e metas para o próximo período.

INTRODUÇÃO

CONTEXTO

OBJETIVOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

MARCO SITUACIONAL

PLANO DE AÇÃO



3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante um longo período histórico, as mulheres foram sistematicamente relegadas a uma posição de desvantagem estrutural, privadas do acesso aos mesmos direitos econômicos, políticos, sociais e civis concedidos aos homens. A luta pela igualdade de gênero foi marcada por sucessivas batalhas conduzidas pelos movimentos feministas, organizados para desmantelar as estruturas patriarcais e conquistar direitos historicamente negados.

Para compreender plenamente como os papéis atribuídos às mulheres contribuíram para a reprodução da desigualdade de gênero, é necessária uma análise retrospectiva de caráter histórico e cultural. Conforme destaca Gerda Lerner (2019), a formação do patriarcado – sistema no qual os homens, como grupo, detêm privilégios sobre as mulheres – consolidou-se ao longo de 2.500 anos, estabelecendo-se como estrutura de poder que moldou papéis sociais baseados em representações de gênero incorporadas por diferentes culturas.

No contexto brasileiro, a desigualdade de gênero remonta ao período da colonização, quando as mulheres foram restritas ao papel de cuidadoras do lar e da família. Como observa Mary Del Priore (2000), as mulheres escravizadas e quilombolas eram tratadas como mão de obra, objetos sexuais ou amas de leite, submetidas a variadas formas de exploração e subjugação.

Os movimentos feministas, em suas múltiplas vertentes, desempenharam papel crucial na conquista de direitos. Connell e Pease (2015) apontam que o movimento feminista histórico assumiu feições distintas no Norte e no Sul globais: enquanto na Europa enfrentava a herança misógina do Mediterrâneo antigo, nos países colonizados lidava com questões relacionadas a poder, sexualidade e divisão do trabalho. Nesse sentido, a análise do feminismo latino-americano exige uma perspectiva decolonial, que considere as experiências históricas e as demandas específicas das mulheres da região, marcadas por interseções entre gênero, raça, classe e território.

Superar as desigualdades de gênero requer, portanto, uma abordagem que reconheça as especificidades do feminismo latino-americano, suas formas próprias de resistência e a necessidade de políticas públicas que rompam com perspectivas eurocêntricas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, as mulheres lutaram pelo direito ao voto e pela inserção no mercado de trabalho, enfrentando desafios adicionais no caso das mulheres negras, que precisaram combater simultaneamente os efeitos do racismo estrutural e do patriarcado. As rígidas definições de papéis de gênero – que destinavam os homens às atividades intelectuais e as mulheres à administração do lar – começaram a ser tensionadas nas décadas de 1960 e 1970, quando transformações sociais e políticas ampliaram a participação feminina em espaços culturais, profissionais e políticos.

No que se refere ao trabalho doméstico, Sílvia Federici (2019) salienta que ele não apenas foi imposto às mulheres, como também naturalizado como parte de sua identidade, em vez de ser reconhecido como trabalho remunerado. Na mesma direção, Betty Friedan (1971) denunciou a “mistica feminina”, expressão que sintetizava a expectativa social de que a mulher se realizaria apenas no espaço doméstico, como cuidadora dos filhos e do lar. Friedan demonstrou que essa divisão de papéis era construída socialmente e defendeu que o trabalho deveria ser incorporado a um projeto de vida que garantisse às mulheres evolução pessoal e participação plena na sociedade.

Apesar dos avanços promovidos pelos movimentos feministas, setores conservadores continuaram a defender concepções tradicionais de família, sem espaço para a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres (Cunho, 2020). O debate sobre gênero permanece atual: mesmo com maior acesso à educação e ao mercado de trabalho, persiste a desigual distribuição das responsabilidades domésticas e de cuidado, revelando a permanência de papéis definidos com base no gênero.

Joan Scott (1995) contribui para esse debate ao definir gênero como, primeiramente, as relações sociais estabelecidas a partir das diferenças percebidas entre os sexos e, em seguida, como uma forma primária de atribuir significado às relações de poder. Assim, a categoria gênero permite compreender como os sistemas sociais foram construídos de forma a excluir as mulheres de espaços de decisão e liderança.

As mobilizações feministas possibilitaram a inserção de políticas públicas voltadas às mulheres em governos e organismos internacionais. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um marco, ao consolidar princípios de igualdade entre homens e mulheres, proibir a discriminação no mercado de trabalho, ampliar os direitos civis e sociais e determinar ao Estado o dever de combater a violência nas relações familiares (Piovesan, 2008). Outro avanço relevante foi a Convenção de Belém do Pará (1994), que conceituou a violência contra a mulher como violação de direitos humanos e inspirou a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), considerada referência mundial no enfrentamento à violência doméstica.

A tipificação do feminicídio no Brasil, em 2015, pela Lei nº 13.104, também representou avanço ao reconhecer o caráter específico e estrutural desse crime, diferenciando-o do homicídio comum e incluíndo-o no rol de crimes hediondos. Essa medida deu visibilidade a uma violência historicamente naturalizada e negligenciada.

Entretanto, em contextos de crise, os direitos das mulheres tendem a ser questionados, como já alertava Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. A pandemia de COVID-19 evidenciou esse fenômeno, ampliando desigualdades de gênero preexistentes. O aumento da sobrecarga doméstica e de cuidados, associado ao crescimento da violência contra a mulher, revelou como as mulheres, sobretudo as negras e periféricas, foram mais afetadas pelos efeitos da crise sanitária (Sempaur, 2021).

Globalmente, os indicadores também demonstram que a desigualdade de gênero permanece como desafio estrutural. O Relatório de Desigualdade Global do Fórum Econômico Mundial posiciona o Brasil em situação desfavorável, o que reforça a urgência de medidas eficazes para promoção da equidade. Nesse sentido, iniciativas como o Plano Estadual de Direitos da Mulher, no Paraná, e a Política Municipal da Mulher de Jussara, representam passos importantes no fortalecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência, à promoção da igualdade de gênero e à garantia de participação plena das mulheres em todos os setores da sociedade.

INTRODUÇÃO

CONTEXTO

OBJETIVOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

MARCO SITUACIONAL

PLANO DE AÇÃO



4. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

O Plano Municipal dos Direitos das Mulheres de Jussara constitui um instrumento essencial para o fortalecimento e a consolidação de políticas públicas voltadas às necessidades específicas das mulheres no município. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

- Regular e orientar a proposição e a execução de políticas públicas voltadas às mulheres;
- Definir e implementar ações afirmativas para o enfrentamento da desigualdade e da discriminação;
- Assegurar caráter democrático ao processo, mediante a participação da população por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e de consultas públicas;
- Responder às demandas e necessidades identificadas em consultas públicas, conferências, fóruns, bem como em manifestações da sociedade civil e dos movimentos sociais de defesa dos direitos das mulheres;
- Prevenir e combater todas as formas de violência contra as mulheres;
- Priorizar a atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade social e às vítimas de violência;
- Ampliar a efetivação das garantias fundamentais já conquistadas pelas mulheres;
- Incentivar a elaboração de novas legislações relacionadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres;
- Facilitar o monitoramento e a avaliação das ações implementadas;
- Promover uma mudança cultural quanto ao papel das mulheres na sociedade, por meio de iniciativas que fomentem a equidade de gênero nas práticas institucionais adotadas pela Prefeitura Municipal de Jussara.

INTRODUÇÃO

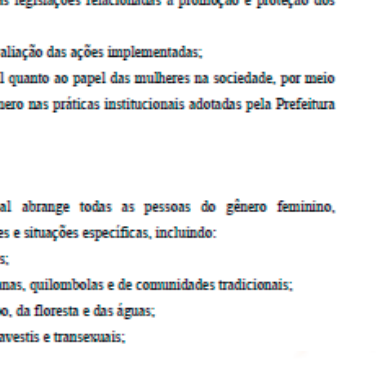
CONTEXTO

OBJETIVOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

MARCO SITUACIONAL

PLANO DE AÇÃO



4.1 Público-alvo

O público-alvo do Plano Municipal abrange todas as pessoas do gênero feminino, considerando suas múltiplas interseccionalidades e situações específicas, incluindo:

- Meninas, jovens, adultas e idosas;
- Mulheres negras, indígenas, ciganas, quilombolas e de comunidades tradicionais;
- Mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas;
- Mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais;
- Mulheres com deficiência;
- Mulheres chefes de família monoparental;
- Mulheres em situação de pobreza ou extrema pobreza;
- Mulheres em situação de rua;
- Mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional;
- Mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio;
- Mulheres em situação de exploração sexual ou vítimas de tráfico de pessoas.

O plano aborda todas as mulheres, sem discriminação, reconhecendo a diversidade de suas experiências e necessidades.

INTRODUÇÃO

CONTEXTO

OBJETIVOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

MARCO SITUACIONAL

PLANO DE AÇÃO



5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

No contexto da promoção e proteção dos direitos das mulheres, o Brasil possui um conjunto robusto de leis nos níveis federal, estadual e municipal. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), reconhecida pela ONU como uma das melhores leis do mundo no combate à violência doméstica, é um marco importante nesse cenário. No entanto, ainda há uma lacuna significativa entre a legislação e sua aplicação prática, e o Plano Municipal dos Direitos das Mulheres (PMDM) busca diminuir essa disparidade. A Constituição Brasileira de 1988 representa um marco legal na institucionalização dos direitos das mulheres, abrangendo conquistas como a igualdade de gênero, a proibição da discriminação no mercado de trabalho e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

A seguir, algumas das legislações nacionais de referência que embasam o PMDM, sem esgotar o assunto:

a) Lei nº 7.716/1989: conhecida como lei de racismo, trata de crimes decorrentes de preconceito ou discriminação com base em raça, cor, etnia, religião ou origem nacional. Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), também abrange crimes motivados por preconceito e discriminação de identidade de gênero e orientação sexual, como a transfobia e a homofobia;

b) Lei nº 10.224/2001: trata do assédio sexual no ambiente de trabalho;

c) Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): reconhece a violência doméstica e familiar contra a mulher como uma violação de direitos humanos e um crime de responsabilidade do Estado, ampliando a definição de violência contra a mulher para incluir formas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;

d) Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015): incorpora o feminicídio como uma forma específica de homicídio qualificado e crime hediondo, baseado em gênero;

e) Lei da Impunção Sexual (Lei nº 13.718/2018): estabelece punições para comportamentos considerados crimes;

f) Lei do Sinal Vermelho (Lei nº 14.188/2021): cria o Programa de Cooperação Sinal Vermelho como medida de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

INTRODUÇÃO


CONTEXTO

OBJETIVOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

MARCO SITUACIONAL

PLANO DE AÇÃO



5.1 Estado do Paraná

Até o momento, o Estado do Paraná já promulgou um robusto conjunto de leis que promovem os direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero. Normativas especialmente relevantes para o Plano Municipal dos Direitos das Mulheres (PMDM) incluem:

- Lei estadual nº 10.972/2019: institui a Semana do Agosto Lilás no calendário estadual, dedicada à prevenção, conscientização contra a violência de gênero e divulgação da Lei Maria da Penha;
- Lei estadual nº 19.873/2019: estabelece o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, em 22 de julho;
- Lei estadual nº 19.788/2018: institui as Patrulhas Maria da Penha;
- Lei estadual nº 19.701/2018: aborda a violência obstétrica e os direitos da gestante e da parturiente;

Outras normativas posteriores reforçam a proteção, a autonomia e o cuidado à mulher em múltiplas dimensões:

- Lei nº 20.149/2020: institui o dispositivo “Salve Maria” – canal de proteção via celular para vítimas de violência;
- Lei nº 20.326/2020: prioriza o acesso a cursos técnicos e profissionalizantes para mulheres sob medida protetiva;
- Lei nº 20.595/2021: implanta o Código Sinal Vermelho como mecanismo silencioso de denúncia;
- Lei nº 20.717/2021: assegura o direito à dignidade menstrual;
- Lei nº 20.162/2020: garante exame de trombofilia para mulheres em idade fértil;
- Lei nº 20.133/2020: prevê diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto;
- Lei nº 21.053/2022: assegura a presença de doulas no parto, quando desejado;
- Lei nº 21.061/2022: institui o mês de conscientização sobre a saúde mental materna – “Maio Furta-Cor”;
- Lei nº 21.403/2023: cria espaços diferenciados de interação para mulheres que sofreram perda gestacional, com direito a acompanhante;
- Lei nº 21.399/2023: institui campanha permanente de combate à impunção sexual no transporte intermunicipal;
- Lei nº 20.617/2023: regulamenta acolhimento adequado a mulheres em situação de violência nas delegacias;
- Lei nº 21.484/2023: garante o direito a acompanhante de escolha em consultas e exames;
- Lei nº 21.733/2023: institui o Dia de Mobilização pela Saúde Mental Materna;
- Lei nº 21.926/2024: institui o Código Estadual da Mulher Paranaense, consolidando aproximadamente 99 leis em um único texto e incorporando medidas como:

- reserva de assentos exclusivos em transporte intermunicipal (Lei nº 22.007/2024);
- carteira de pré-natal de alto risco (Lei nº 22.341/2025);
- campanha “Depiladora Amiga” para identificação de DSTs e violência (Lei nº 22.168/2024);
- botão do pânico digital (Lei nº 22.166/2024);
- programas reflexivos para agressores em regime fechado (Lei nº 22.113/2024);
- delimitação de área de proteção no ofensor e auxílio-aluguel ou abrigo (Lei nº 22.322/2025);
- atualização da composição do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Lei nº 22.022/2024).

Em 2025, foi lançada a relevante iniciativa Casa da Mulher Paranaense pelo Governo do Estado, por meio da SEMIPI, com os seguintes destaques:

- São previstas 30 unidades até 2026, com investimento de R\$ 64,5 milhões, para qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e prevenção à violência;
- O programa destina-se a municípios com mais de 10 mil habitantes e que já disponham de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs);
- Essas Casas são espaços multifuncionais que promovem qualificação profissional, acesso ao “Banco da Mulher Paranaense” (linha de crédito a juro zero), além de acolhimento, escuta inicial e encaminhamentos especializados;
- Em setembro de 2025, teve início a implementação técnica com uma reunião estratégica entre Estado e municípios para garantir a execução até 2026.

No âmbito federal, merece destaque:

- 2003: criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), vinculada à Presidência, com missão de promover transversalidade de gênero e combater desigualdades;
- 2005: realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que originou o I PNPM;
- 2007: II Conferência resultou no II PNPM, reafirmando a necessidade de intervenção estatal para promover equidade de gênero, raça, etnia e sexualidade;
- 2013-2015: formulação do III PNPM, consolidando diretrizes e conferências preparatórias em todo o país.

Essa trajetória histórica sustenta o alinhamento do Plano Municipal dos Direitos Mulheres de Jussara com os princípios da política nacional, tendo respaldo institucional, legal e técnico.

Por fim, em âmbito estadual, vale ressaltar a Lei nº 21.352/2023, que instituiu a SEMIPI (Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa), reafirmando o compromisso com a igualdade de gênero, raça e inclusão etária.

5.2 Município de Jussara

Em 2025, o município de Jussara deu um passo significativo ao sancionar a Lei nº 1.982, que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e criou o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM). Esses órgãos têm como objetivo fortalecer a implementação de políticas públicas voltadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres, garantindo recursos financeiros e logísticos para ações concretas em prol da equidade de gênero. A criação do CMDM e do FMDM evidencia o compromisso consistente da administração municipal em fomentar um ambiente pautado pela equidade, pelo respeito e pela inclusão social, reafirmando valores de justiça e cidadania.

5.3 Princípios

Igualdade e respeito à diversidade: Mulheres e homens possuem direitos iguais, e este princípio sustenta as políticas de Estado voltadas à superação das desigualdades de gênero. Promover a igualdade exige atenção e respeito à diversidade cultural, étnica, racial, social, econômica e regional, bem como aos diferentes estágios da vida. Para tanto, é necessário combater todas as formas de desigualdade por meio de políticas afirmativas, considerando as experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Equidade: É fundamental garantir o acesso universal aos direitos para todas as pessoas, combinando ações de caráter geral com medidas específicas e afirmativas voltadas a grupos historicamente discriminados. A busca pela justiça social requer tratar desigualmente os desiguais, reconhecendo as necessidades singulares de diferentes grupos de mulheres.

Autonomia das mulheres: As mulheres devem ter poder de decisão sobre suas vidas e corpos, influenciar os acontecimentos em suas comunidades e no país, e romper com o ciclo histórico de dependência, exploração e subordinação nos âmbitos pessoal, econômico, político e social.

Laicidade do Estado: As políticas públicas devem ser formuladas e implementadas de forma independente de princípios religiosos, garantindo os direitos previstos na Constituição Federal e em instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil, protegendo os direitos humanos de mulheres e meninas.

Universalidade das políticas: As políticas devem ser integralmente aplicadas, assegurando acesso a direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. A universalidade se concretiza por meio de políticas permanentes nas três esferas de governo, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e interseccionalidade dos direitos, combinadas com ações afirmativas como medida de transição para alcançar efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

Justiça social: Implica reconhecer a necessidade de redistribuir recursos e riquezas da sociedade e superar a desigualdade social, que impacta de maneira significativa a vida das mulheres.

Transparência dos atos públicos: Os princípios da administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – devem ser respeitados, garantindo a transparência das ações governamentais e o controle social.

Participação e controle social: Deve-se assegurar o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas, garantindo controle social efetivo e representatividade.

5.4 Diretrizes

No contexto de Jussara, a formulação das diretrizes do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres está alinhada às orientações dos Planos Nacionais, sendo adaptada às especificidades locais a partir das demandas identificadas na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. O Plano prevê a implementação de políticas públicas integradas que promovam a equidade de gênero, raça e etnia, garantindo a inclusão e a execução de recursos adequados nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais, de modo a viabilizar as políticas voltadas às mulheres. Adicionalmente, busca cumprir rigorosamente os tratados, acordos e convenções internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, especialmente aqueles relacionados aos direitos humanos das mulheres, bem como desenvolver e implementar políticas de ação afirmativa, essenciais para assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades de diferentes grupos de mulheres.

O Plano visa ainda promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens no acesso a recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais, garantindo a transversalidade de gênero nas políticas públicas e a integração dessa perspectiva em todas as fases de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações governamentais. Destaca-se, também, a necessidade de combater as variadas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, incluindo exploração sexual, tráfico de pessoas e a perpetuação de imagens estereotipadas. Reconhece-se a violência de gênero, raça e etnia como manifestações de violência estrutural e histórica, tratadas como questões de segurança pública, justiça e saúde, e reafirma-se a responsabilidade do Estado em estabelecer políticas que abordem a divisão social e sexual do trabalho, valorizem o trabalho historicamente atribuído às mulheres e garantam equipamentos sociais e serviços de cuidado, especialmente para crianças e idosos.

O Plano prevê ainda ações de apoio à educação pública, promovendo valores sociais que reconheçam e valorizem o trabalho feminino, além de integrar questões de gênero, raça e etnia no ambiente escolar e adaptar práticas educativas e produção de conhecimento para erradicar discriminações na educação formal, na cultura e na comunicação. Destaca-se a importância do desenvolvimento de indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população feminina, considerando diferenças entre contextos urbano e rural e especificidades geracionais, de classe, raça e etnia, bem como a capacitação de agentes públicos em temas de gênero, raça, etnia e direitos humanos, assegurando a implementação eficaz das políticas.

Por fim, o Plano reforça a necessidade de garantir a participação social e o controle democrático em todas as etapas das políticas públicas, fortalecendo o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e promovendo a expansão e consolidação da Coordenação Municipal de Políticas para as

Mulheres, de modo a assegurar a gestão transversal entre diferentes políticas públicas e o protagonismo das mulheres na construção de políticas voltadas à equidade de gênero.

INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO OBJETIVOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES MARCO SITUACIONAL PLANO DE AÇÃO



6. MARCO SITUACIONAL

O Município de Jussara foi criado pela Lei nº 2.411, de 13 de julho de 1955, com território desmembrado do município de Engenheiro Beltrão. Sua instalação oficial ocorreu em 08 de dezembro do mesmo ano, data que passou a ser comemorada como o aniversário do município e também como o dia da padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

A economia local sofreu grande impacto com as geadas ocorridas na década de 1970, que provocaram uma significativa redução no cultivo do café e, consequentemente, um êxodo populacional expressivo. Atualmente, a economia de Jussara é sustentada principalmente pela agricultura e pela presença da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Jussara é atendida pela rodovia estadual asfaltada PR-323, no trecho entre Cianorte (a 16 km) e Maringá (a 65 km). Os municípios limítrofes a Jussara são:

- Ao norte: São Jorge do Ivaí (Rio Ivaí)
- Ao sul: Araruna (Rio Teçumumbé)
- A leste: Terra Boa (fronteira seca)
- A oeste: Cianorte e São Tomé (Rio Ligeiro)

O município pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivaí e, do ponto de vista geomorfológico, está localizado na região conhecida como o Terceiro Planalto Paranaense, caracterizada principalmente por rochas areníticas (Canaiá) e básicas (TBGE CIDADES, 2022).

Segundo o último censo, Jussara possui 6.690 habitantes, com uma estimativa populacional de 6.795 pessoas para o ano de 2024. Sua área territorial é de 210,869 km², resultando em uma densidade demográfica de 31,35 habitantes por km². O código do município é 4113007, e o gentílico é jussarense (IBGE CIDADES, 2022).

No campo demográfico, Jussara apresenta uma diversidade rica, tanto em termos de gênero quanto de composição racial. Segundo o Censo de 2022, a população é predominantemente feminina e abrange uma variedade étnica considerável. A maioria dos habitantes identifica-se como branca, seguida por pardos, pretos, amarelos e indígenas. Essa composição demográfica diversa demanda políticas públicas inclusivas que promovam igualdade e respeito por todas as comunidades dentro da cidade.

O município de Jussara por meio da Diretoria Municipal dos direitos das mulheres busca desenvolver ações em prol da garantia dos direitos das muncipites, tendo como premissa a atuação guiada para a promoção da igualdade de gênero, garantia de acesso a todas as políticas públicas, igualdade de oportunidades em diversas áreas, tais como educação, saúde, trabalho, esporte e participação política.

Possui como prioridade a prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, e ofertar suporte e acompanhamento das mulheres vítimas e em situação de violência doméstica e assédio. Tem-se buscado realizar a ampliação do alcance e do impacto dos serviços ofertados pela referida diretoria, de forma a evecutar ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e dignidade das mulheres de Jussara, a criação e fortalecimento de espaços coletivos e individualizados para que possamos dar vozes a todas as muncipies, e desta forma atender a transversalidade inerente da temática, com o objetivo de ressaltar a importância da incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas públicas muncipiais.

Durante o primeiro semestre de 2025, em consonância com os atendimentos ofertados pela OPM referente ao acompanhamento psicossocial de mulheres que sofreram violências, foram realizadas uma gama de ações, dentre elas: realização da primeira conferência municipal de políticas para as mulheres de Jussara; início das atividades com o grupo de dança para as mulheres; criação do conselho municipal e fundo dos direitos da mulher instituído pela lei municipal nº 1982 de 23 de abril de 2025; realização do evento Jussara por Elas, em parceria com Estado por meio de Ômbus Liais; ações educativas em conjunto com a patrulha Maria da Penha abrangendo toda a população; palestras sensibilizadoras acerca da temática e ações educativas com crianças, adolescentes e pessoas idosas atendidas na rede SUAS do Município.

Além disso, no decorrer do final de 2025 e início de 2026, objetiva-se iniciar um grupo de mulheres pela PSE e realizar ações articuladas com as demais políticas públicas focadas em atender às propostas da Conferência

No município de Jussara, existem 1.446 mulheres cadastradas no Cadastro Único, que é utilizado para gerenciar e conceder diversos benefícios sociais. Dentre elas, 89 mulheres relataram ter alguma deficiência.

No ano de 2024, o Serviço de Proteção Especial (PSE) de Jussara atendeu 22 mulheres encaminhadas pela Delegacia da Mulher de Cianorte, com medidas de proteção. Em 2025, houveram 16 encaminhamentos. Destaca-se a importância do PSE como um equipamento fundamental no apoio e amparo a essas mulheres, proporcionando orientação, proteção e encaminhamentos necessários para assegurar seus direitos e promover sua segurança e reparação dos direitos violados.

No ano de 2024, o Município, por meio da OPM, incorporou em seu rol de ações anuais a “Caminhada do Meio-Dia”, marcando o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, no Paraná. O Dia Estadual de Combate ao Feminicídio e a “Caminhada do Meio-Dia” foram instituídos pela Lei nº 19.873/2019, sendo celebrado no dia 22 de julho, em homenagem à advogada Tatiane Spitzner. A referida lei determina que o Poder Público promova atividades e eventos destinados à discussão sobre a violência contra a mulher e à prevenção do feminicídio, reforçando a importância da conscientização e do engajamento da sociedade na proteção das mulheres.

Com essas práticas e estruturas, Jussara surge como um exemplo de cidade que celebra e protege sua diversidade, promovendo políticas bem elaboradas e lideranças ativas que visam o bem-estar de todos os seus cidadãos.

INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO OBJETIVOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES MARCO SITUACIONAL PLANO DE AÇÃO



7. PLANO DE AÇÃO

Para o desenvolvimento do Plano de Ações do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, foram realizadas diversas reuniões estratégicas com os responsáveis pelas ações que constituem a política para as mulheres no município. Durante esses encontros, discutiram-se as ações e metas a serem priorizadas, considerando as necessidades identificadas no diagnóstico detalhado previamente elaborado. Essa fase inicial adotou uma abordagem colaborativa com as diversas secretarias municipais, visando garantir que os objetivos das políticas de gênero fossem plenamente alcançados. Tal colaboração mostrou-se essencial, atendendo no princípio da transversalidade, uma vez que a execução de políticas públicas para as mulheres possuem caráter multidisciplinar e ultrapassam a jurisdição exclusiva da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Inicialmente, foi elaborado um estudo situacional minucioso, que analisou dados relevantes e forneceu a base necessária para a discussão estratégica das ações a serem planejadas. O objetivo desse estudo foi proporcionar aos tomadores de decisão uma compreensão aprofundada das informações, permitindo-lhes definir quais ações e questões deveriam ser prioritárias no plano de ação.

Posteriormente, representantes do governo e da sociedade civil, incluindo conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM), examinaram o estudo situacional e ofereceram sugestões importantes para seu aprimoramento. Em reuniões subsequentes, as ações propostas foram apresentadas novamente às conselheiras, que revisaram e indicaram ajustes. Após essas modificações, o plano de ações foi formalmente aprovado.

A elaboração final do plano fundamentou-se nas questões amplas identificadas no diagnóstico inicial e foi refinada pelos gestores e membros da sociedade civil, seguindo uma ordem de prioridade atribuída a determinadas políticas. O processo também considerou as limitações temporais de vigência do Plano. As ações estão organizadas de acordo com os eixos das diretrizes principais do Plano Estadual, e vão de encontro com as propostas elencadas durante a I Conferência Municipal de Políticas para as mulheres de Jussara, constituindo um conjunto de iniciativas claramente delineadas e orientadas para a obtenção de resultados concretos.

EIXO I - AUTONOMIA ECONÔMICA E CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO					
Município					
Ação	Órgão responsável	Prazo de Execução			
		2026	2027	2028	2029
Promover a integração e articulação intersecretorial entre as diferentes secretarias e órgãos públicos para garantir a transversalidade das políticas públicas voltadas às mulheres.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família	X	X	X	X
Criação de cursos e programas de educação financeira e qualificação profissional para mulheres com o intuito de promover autonomia financeira e empoderamento de forma gratuita, incentivo no empreendedorismo e inclusão no mercado de trabalho.	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego	X	X	X	X
Desenvolver campanhas educativas e de sensibilização para a população em geral sobre equidade de gênero, direitos das mulheres e enfrentamento às discriminações e violências.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família	X	X	X	X
Incentivar a criação de associações femininas com vistas a conhecer o potencial de cada uma, com intuito de geração de renda e autonomia.	- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Meio ambiente Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família	X	X	X	X
Incentivar empresas locais a aderir licença maternidade de seis meses	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego	X	X	X	X

EIXO II - ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER					
Município					
Ação	Órgão responsável	Prazo de Execução			
		2026	2027	2028	2029
Mapear e diagnosticar as condições sociais, econômicas, culturais e de saúde das mulheres no município, considerando as diversidades de identidade, raça, classe e geração.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família Secretaria Municipal de Saúde	X	X	X	X
Fortalecer a rede de proteção e combate às violências contra as mulheres, ampliando o acesso a serviços especializados de	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família	X	X	X	X

acolhimento, atendimento social, psicológico e jurídico.					
Promover o acesso das mulheres a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho digno, moradia e segurança, com foco na redução das desigualdades estruturais.	TODAS AS SECRETARIAS	X	X	X	X
Elaborar e evecutar um Plano Municipal de Prevenção às violências e promoção à igualdade de gênero em todos os ciclos de vida contemplando as ações de todas as políticas públicas no âmbito do município.	TODAS AS SECRETARIAS	X	X	X	X
Estabelecer uma comissão permanente de igualdade de gênero nas câmaras municipais, com poder para revisar e propor legislações que assegurem a participação feminina	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	X	X	X	X
Criar lei para o benefício de transferência de renda para mulheres vítima de violência no município	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança de Família	X	X	X	X

EIXO III - SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES					
Município					
Ação	Órgão responsável	Prazo de Execução			
		2026	2027	2028	2029
Fortalecer a Campanha Outubro Rosa ampliando para as empresas locais	Secretaria Municipal de Saúde	X	X	X	X
Organizar e qualificar a atenção materno-infantil no intuito de minimizar violências obstétricas, com foco na atenção humanizada à gravidez ao parto	Secretaria Municipal de Saúde APMI	X	X	X	X
Desenvolver ações no âmbito da saúde mental e uso de SPA para mulheres	Secretaria Municipal de Saúde	X	X	X	X

EIXO IV - EDUCAÇÃO E CULTURA					
Município					
Ação	Órgão responsável	Prazo de Execução			
		2026	2027	2028	2029
Promover ações educativas visando a redução da violência de gênero no ambiente escolar, com ênfase no enfrentamento e prevenção de IST, violência, abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes.	Secretaria Municipal de Educação	X	X	X	X
Fortalecer e ampliar a divulgação do ensino de jovens e adultos	Secretaria Municipal de Educação	X	X	X	X

8. INDICAÇÕES PARA O MONITORAMENTO

O Plano Municipal dos Direitos da Mulher de Jussara configura-se como um instrumento estratégico e normativo, concebido para orientar a implementação de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos humanos das mulheres. Sua natureza é dinâmica e participativa, entendida como uma construção coletiva que evolui a partir das demandas identificadas na comunidade, das transformações sociais e do diálogo permanente entre poder público e sociedade civil.

O desenvolvimento do plano foi realizado de maneira colaborativa, integrando representantes das diferentes secretarias municipais e membros da sociedade civil, em especial conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Essa articulação busca assegurar que as políticas reflitam as necessidades concretas da população feminina, considerando as múltiplas dimensões da desigualdade de gênero, bem como as interseccionalidades envolvendo raça, etnia, idade, orientação sexual, condição de deficiência, situação socioeconômica e vulnerabilidades específicas.

Para garantir a efetividade das ações previstas, o plano institui um sistema estruturado de monitoramento e avaliação contínua, coordenado por uma Comissão Permanente de Acompanhamento, composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Essa comissão tem como atribuições registrar, monitorar e avaliar a execução das ações, assegurar a transparência administrativa e fortalecer o controle social, promovendo o protagonismo das mulheres na gestão das políticas públicas que impactam diretamente suas vidas.

O plano estabelece um horizonte de execução de quatro anos, com monitoramento periódico por meio de relatórios semestrais e anuais. Estes relatórios contemplarão indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos, permitindo a análise do progresso das ações, a identificação de lacunas e a proposição de ajustes estratégicos. A Comissão Permanente garantirá que todos os registros e informações produzidos sejam acessíveis à população, promovendo accountability e participação democrática.

Ao final do ciclo de quatro anos, será realizada uma avaliação integral do plano, considerando não apenas os indicadores de resultado previstos, mas também indicadores de impacto e dados qualitativos que evidenciem transformações sociais significativas, tais como a ampliação do acesso a direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, o aumento da participação das mulheres em espaços de decisão e o fortalecimento de sua autonomia pessoal, social e econômica. Essa avaliação permitirá capturar os efeitos das políticas implementadas e subsidiar futuras revisões e aperfeiçoamentos do plano.

Além disso, o plano prevê mecanismos de participação social institucionalizada, estimulando a criação de fóruns, conferências e consultas públicas que garantam a participação ativa das mulheres na definição de prioridades, no acompanhamento das ações e na avaliação das políticas implementadas. Esse modelo reforça os princípios de governança democrática, transparência e accountability, alinhados às normas de direitos humanos e às diretrizes internacionais de igualdade de gênero.

Ao articular planejamento estratégico, monitoramento sistemático, participação social e transversalidade de gênero, o Plano Municipal dos Direitos da Mulher de Jussara constitui-se como uma ferramenta robusta para a promoção da equidade, a proteção integral dos direitos das mulheres e o fortalecimento de políticas públicas baseadas em evidências e orientadas por princípios de justiça social, direitos humanos e desenvolvimento humano sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Código Penal e dispõe sobre o crime de assédio sexual. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Dispõe sobre o Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a violência doméstica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Casa da Mulher Paranaense: Estado avança na metodologia de implantação das unidades. Agência Estadual de Notícias, 2025. Disponível em: <<https://www.parana.pr.gov.br/sen/Noticia/Casa-da-Mulher-Paranaense-Estado-avanca-na-metodologia-de-implantacao-das-unidades>>. Acesso em: 5 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Casa da Mulher Paranaense: Estado vai construir espaços voltados à qualificação feminina. SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2025. Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Casa-da-Mulher-Paranaense-Estado-vai-construir-espacos-voltados-qualificacao-feminina>>. Acesso em: 5 set. 2025.

JUSSARA (PR). Lei nº 1.982, de 23 de abril de 2025. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, institui a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher no Município de Jussara. Estado do Paraná. Jussara: Prefeitura Municipal, 2025.

PARANÁ. Lei nº 10.972, de 3 de setembro de 2019. Institui a Semana do Agosto Lúas no calendário oficial do Estado. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2019.

PARANÁ. Lei nº 19.701, de 26 de junho de 2018. Dispõe sobre a violência obstétrica e os direitos da gestante e da parturiente. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2018.

PARANÁ. Lei nº 19.788, de 3 de julho de 2018. Institui as Patrulhas Maria da Penha. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2018.

PARANÁ. Lei nº 19.873, de 30 de julho de 2019. Institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2019.

PARANÁ. Lei nº 20.149, de 14 de abril de 2020. Institui o dispositivo “Salve Maria”. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2020.

PARANÁ. Lei nº 21.352, de 22 de junho de 2023. Cria a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMPI. Diário Oficial do Estado do Paraná: Curitiba, PR, 2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 160 – Centro
Fones: (41) 3672-1122 e 3672-1283 • Fax: 3672-1122 • CEP 87800-000
CNPJ 19.350.071/0001-66



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 - MODALIDADE ELETRÔNICA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's, ME's e EPP's PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME's, ME's e EPP's REGIONAIS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Rondon, sediado à Avenida Paraná, nº 155, centro, inscrito no CNPJ nº 75.380.071/0001-66, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Roberto Aparecido Corredato, realizará DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo menor preço, julgamento por ITEM, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dos Decretos Municipais nº 6.063/2023, 6.065/2023 e 6.477/2024 e demais normas aplicáveis. Informações complementares, Edital completo e anexos poderão ser obtidos no site: www.rondon.pr.gov.br no link Licitações, ou através do e-mail: licita@rondon.pr.gov.br. – Fone: (41) 3672-1122 - Divisão de Licitação.

Objeto

Registro de preços para eventual aquisição de suplemento alimentar infantil, mediante prescrição médica, para atendimento à demanda de tratamento de saúde.

Valor Total da Contratação

R\$ 11.005,50 (Onze mil, cinco reais e cinquenta centavos).

Datas e horários da Dispensa Eletrônica

Início da apresentação de propostas: dia 23/01/2026 a partir das 08:30 horas;

Data limite para a apresentação de propostas: dia 28/01/2026 às 08:30 horas;

Data da Sessão: dia 28/01/2026 às 09:00 horas;

Duração da Disputa: 06 (seis) horas;

Modo de Disputa: Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”;

Endereço Eletrônico da Plataforma para participação: <https://www.bll.org.br>.

Rondon – Pr, 21 de janeiro de 2026.

ROBERTO A. CORREDATO

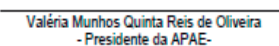
Prefeito Municipal


ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ENERGIA ATIVA – A.R.E.A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ENERGIA ATIVA – A.R.E.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.192.200/0001-80, com sede no lote nº A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, neste município e comarca de Cianorte-Pr, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **APARECIDO JOSÉ ALBERTI**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.687.125-3-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 571.206.179-15, residente e domiciliado à Av. Espírito Santo, nº 1.283, Cianorte-Pr., vem por meio do presente, para que possa surtir os efeitos legais e de direito, convocar todos os seus Associados para participar da assembleia geral extraordinária que realizar-se-á no dia 31/01/2026, às 10:00 horas, nas dependências da Associação, situada à Estada da Bica, lote A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, neste município de Cianorte-Pr, para tratar do seguinte assunto: a) Venda do imóvel sede da Associação, constituído pelo lote A-19, da Gleba Patrimônio Cianorte, no município e comarca de Cianorte-Pr, com área de 2,42 hectares, ou seja, 1,00 alqueire paulista, matriculado sob nº 5.660, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício da comarca de Cianorte-Pr; b) Avaliações do referido imóvel realizadas por corretores credenciados; c) Aprovação das condições de venda do referido imóvel. A presença de todos os Associados é indispensável e de suma importância.

APARECIDO JOSÉ ALBERTI
Presidente

Indianópolis, 20 de janeiro de 2028

[illegible]



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS – PR

EDITAL Nº 12.712/2020

RECRUTAMENTO DE CANDIDATOS A CLASSIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estabelecidas nesta Edital, em conformidade com o Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais pertinentes à matéria, **TOMAR PÚBLICO o Resultado Final e classificação do Concurso Público 01/2020**, nos seguintes termos:


Art.1º Fica divulgada por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Concurso Público Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná, na seguinte ordem:

- I. **O ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos como Pessoa Física Deficiente (PD), conforme os critérios estabelecidos no item 13.
- II. **O ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos candidatos inscritos como pessoa preta ou parda (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 15.
- III. **O ANEXO III** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas à Ampia Concursação (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 13.


Art.2º Concorrentes que, a partir das **08 de maio de 2020** até **23h00min de dia 23/05/2020**, observando o horário oficial de Brasília - DF, a candidato inscrito(a) em qualquer nome contra o Resultado Final e Classificação bem como a "Ata do Candidato", disponível no endereço eletrônico: www.câmara.indianopolis.pr.gov.br.

Art.3º O candidato inscrito(a) no horário oficial de Brasília - DF, não comparecer na "Ata do Candidato", a partir das **08 de maio de 2020**, observando o horário oficial de Brasília - DF.

Art.4º Esta Edital entre em vigor na data de sua publicação



Adm. Dir. da Silva
Presidente da Câmara Municipal



Wesley Adriano Farias de Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Concurso

Edital nº 12.712/2020 - Resultado final e classificação - CM
Página 1 de 1

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA
003 - Departamento de Assistência Rural
20.608.007.1087 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários - Programa Estradas da Integração
Cant. 267/2005
Proj. 60602-Aquisição de Equipamentos Rodoviários - Programa Estradas da Integração C
2.430.512.000.000 Equipamentos e Material Permanente 3.700.000.000

002 - Departamento de Agricultura
20.608.007.1008 - Adequação com Blocos Setorizados em Trecho Rural FEA 43318990541
Proj. 1005 - Transferências da União Relativas às participações na exploração de Petróleo e G
2.430.512.000.000 1.005 e Instalações 307.000

Total do Art. 2º da CF 6.008.502

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto na forma do PA
Será utilizado a valor contratado por Operação de Crédito de R\$ 163.160,00, Excesso
Arrecadação no valor de R\$ 5.179.680,00, Cancelamento no valor de R\$ 190.000,00 e Exce
Financiamento no valor de R\$ 476.163,00 a serem realizados nas seguintes formas:

OPERAÇÃO DE CRÉDITO		
Cat. Econômica	Descrição	Valor
2.1.1.9.90.1.0.03	TRANSFERÊNCIA CLUBE DA GENTES OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2012	163.160,00
Total das Operações de Crédito		163.160,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
Cat. Econômica	Descrição	Valor
2.1.2.9.90.1.05.00	TRANSFERÊNCIA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS CANT. 453/2003	1.479.000,00
2.2.4.2.91.01.08.00	TRANSFERÊNCIA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO CANT. 267/2005	3.700.000,00
Total dos Excessos		5.179.000,00

Cancelamento

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
001 - Departamento de Apoio aos Serviços Públicos
15.425.0015.2017 - Manutenção de Praças, Parques e Jardins (Royalties e outras compensações)
Proj. 1005 - Transferências da União Relativas às participações na exploração de Petróleo e G
5.190.300.000.000 2017 1005 e de Consumo 190.000

Superf. Financeiro		
Origem	Descrição	Valor
4433.0	Transferência União/Estado/DF/PA/RN	263.163,00
0000.0	Receita Urbanas (Livre)	160.000,00
Total Superf. Financeiro		476.163,00

4. **Titular:** Alvaro Henrique Sona (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo)
Suplente: Gustavo Lombardo (Departamento de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego).

MEMBROS NAO GOVERNAMENTAIS:

1. **Titular:** Gustavo Araujo da Silva Cruz (Sociedade Civil)
Suplente: José Carlos de Oliveira (Sociedade Civil)

2. **Titular:** Reginaldo Fernandes da Silva (Sociedade Civil)
Suplente: Sandra Carmelita da Silva (Sociedade Civil)

3. **Titular:** Aline Preis da Silva (Sociedade Civil)
Suplente: Juliana Andrade dos Santos (Sociedade Civil)

4. **Titular:** Thiago Piola Cruz (Sociedade Civil)
Suplente: Kevin Higior Gomes Diccini (Sociedade Civil)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTONIO ARICINI DA SILVA" DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito



É HORA DE REDOBRAR A ATENÇÃO CONTRA FEBRE AMARELA

**NOSSA LUTA AGORA
É AINDA MAIOR!**

**ELIMINE OS FOCOS
DO MOSQUITO AEDES
AEGYPTI QUE TRANSMITE
TODAS ESSAS DOENÇAS:**

Febre Amarela

Dengue

Zica Vírus

Chikungunya

VACINAÇÃO:

Se você ainda não se vacinou contra Febre Amarela, procure um CIAF mais próximo

IMPORTANTE:

Levar a carteira de vacinação

**SINTOMAS DA
FEBRE AMARELA:**

Febre, dor de cabeça, calafrios, náuseas, vômito, dores no corpo, peles e olhos amarelados e hemorragias



DENGUE. DESARME ESTA BOMBA.

FAÇA SUA PARTE: NÃO DEIXE ÁGUA PARADA.